

EDITAL Nº26/2024 - DEFESA PÚBLICA DE MESTRADO - PPGD

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR, torna pública a defesa de dissertação da mestranda **Melissa Trento Leão** a ser realizada de forma on-line, no dia **26 de março de 2024, às 13h30min.**

Local: Aplicativo Zoom

<https://us02web.zoom.us/j/83978761394?pwd=NU9zOEZ5dWo2YVhkZGISMSSs2aDNFdz09>

ID da Reunião: 839 7876 1394

TÍTULO: APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PROMOÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A PERSPECTIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

RESUMO: A investigação explora um panorama atual único, ressaltando a incomparabilidade dos avanços tecnológicos contemporâneos com outras conquistas históricas nesse campo. Aborda a temática da inteligência artificial e a inter-relação entre máquinas e seres humanos, abrangendo não apenas os seres vivos, como também, fatores ambientais, cujas ferramentas tecnológicas passaram a regular diversos aspectos da vida cotidiana. Aponta o contexto da eficiência dos sistemas tecnológicos e os casos notáveis de inteligência artificial, evidenciando o impacto da IA na sociedade. Descreve a utilização de tecnologia pelos Estados que reconhecem a relevância da IA, com destaque para o Brasil, que embora não lidere em investimentos, destaca-se pela promoção de políticas públicas que contemplam inteligência artificial. Enfatiza a aplicação de tecnologias inovadoras na Administração Pública, ressaltando o papel do Estado Social na implementação de novas tecnologias para garantir direitos fundamentais. A pesquisa delimita-se na atuação dos Tribunais de Contas que acompanham o avanço tecnológico, em especial, objetiva investigar a incorporação da inteligência artificial como instrumento estratégico nos Tribunais de Contas, frisando sua potencialidade na análise de dados complexos, não estruturados, com a possibilidade da conjugação e extração de valor relacionado aos ativos de informação, inerente aos dados. Pretende desvendar tanto os benefícios proporcionados pela inteligência artificial, como também apontar os seus desafios éticos, regulatórios e, evidentemente, os



riscos que permeiam sua implementação no âmago das instituições responsáveis pela fiscalização da gestão pública. A dissertação se orienta a partir das seguintes questões: a presença humana será eventualmente dispensada? Quais seriam os limites de desenvolvimento da atuação da IA na Administração Pública? De que forma a IA poderia ser utilizada para fomentar e melhorar a qualidade da avaliação de políticas públicas pelo controle externo exercido pelos Tribunais de Contas? A implementação da IA é abordada como um desafio ambivalente, enfatizando a obrigação de incorporá-la, mas simultaneamente, a necessidade de sua contenção pelos limites jurídico-administrativos, alinhados às premissas constitucionais. A metodologia adotada orienta-se por técnicas de investigação voltadas para uma concepção hipotética-dedutiva, visando contribuir para o aprimoramento das práticas de controle externo diante das transformações socioeconômicas. Desenvolve-se por meio de abordagem crítica e propositiva, aventando a necessidade de os Tribunais de Contas prosseguirem em consonância com a evolução tecnológica, considerando as potencialidades e capacidades da IA no auxílio às atividades institucionais. A dissertação aponta as principais diretrizes éticas-normativas europeias e o PL 2338/23, em trâmite no Brasil, que pretende garantir um arcabouço regulatório adequado. Por fim, conclui sobre a importância e inafastabilidade de os Tribunais de Contas avançarem na implementação de sistemas inteligentes para aprimorar o seu mister relacionado à avaliação de políticas públicas, no intuito de alavancar e propiciar a concretização de direitos fundamentais, assegurando a centralidade do agente humano.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Tribunais de Contas; Políticas Públicas, Administração Pública.

ABSTRACT: The research explores a unique current panorama, highlighting the incomparability of contemporary technological advances with other historical achievements in this field. It addresses the topic of artificial intelligence and the interrelationship between machines and human beings, covering not only living beings, but also environmental factors, whose technological tools have come to regulate various aspects of everyday life. It highlights the context of the efficiency of technological systems and notable cases of artificial intelligence,



highlighting the impact of AI on society. It describes the use of technology by States that recognize the relevance of AI, with emphasis on Brazil, which, although it does not lead in investments, stands out for promoting public policies that include artificial intelligence. It emphasizes the application of innovative technologies in Public Administration, highlighting the role of the Social State in implementing new technologies to guarantee fundamental rights. The research is limited to the performance of the Audit Courts that follow technological advances, in particular, it aims to investigate the incorporation of artificial intelligence as a strategic instrument in the Audit Courts, highlighting its potential in the analysis of complex, unstructured data, with the possibility the combination and extraction of value related to information assets, inherent to data. It aims to unveil both the benefits provided by artificial intelligence, as well as point out its ethical and regulatory challenges and, evidently, the risks that permeate its implementation at the heart of the institutions responsible for supervising public management. The dissertation is guided by the following questions: will human presence eventually be dispensed with? What would be the limits of development of AI in Public Administration? How could AI be used to promote and improve the quality of public policy evaluation through the external control exercised by the Courts of Auditors? The implementation of AI is approached as an ambivalente challenge, emphasizing the obligation to incorporate it, but simultaneously, the need for its containment within legal-administrative limits, aligned with constitutional premises. The methodology adopted is guided by research techniques focused on a hypothetical- deductive conception, aiming to contribute to the improvement of external control practices in the face of socioeconomic transformations. It is developed through a critical and propositional approach, highlighting the need for the Audit Courts to continue in line with technological evolution, considering the potential and capabilities of AI in assisting institutional activities. The dissertation points out the main European ethical- normative guidelines and PL 2338/23, in progress in Brazil, which aims to guarantee an adequate regulatory framework. Finally, it concludes on the importance and inescapability of the Audit Courts advancing in the implementation of intelligent systems to improve their role related to the evaluation of public policies, with the aim of leveraging and enabling the realization of fundamental rights, ensuring the centrality of the human agent.



Keywords: Artificial Intelligence; Courts of Auditors; Public Policies, Public Administration.

A Banca será composta por:

Presidente: Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet (Orientador - PUCPR)

Prof. Dr. Luís Alexandre Carta Winter - (PUCPR)

Prof. Dr. Sandro Mansur Gibran - (UniCuritiba)

Prof. Dr. Eduardo Oliveira Agostinho - (PUCPR) - Suplente

Curitiba, 21 de março de 2024.

Profa. Dra. Danielle Anne Pamplona

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito PUCPR